

A importância das políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo em lactentes na Atenção Básica: uma revisão integrativa

The importance of public policies to encourage exclusive breastfeeding in infants in Primary Care: an integrative review

La importancia de las políticas públicas para incentivar la lactancia materna exclusiva en lactantes en Atención Primaria: una revisión integradora

Recebido: 22/07/2022 | Revisado: 03/08/2022 | Aceito: 06/08/2022 | Publicado: 21/08/2022

Laura Catarine da Costa Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0116-8476>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: lauracarinemedicina@gmail.com

Leandro Henrique Pereira Perpetuo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5006-0835>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: leandrohp10@hotmail.com

Keliane Almeida Neres

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7139-3011>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: Keliane_neres@hotmail.com

Jales Abrão Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8884-8115>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: Jales.neto1810@gmail.com

Rodrigo Miranda Mota

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6339-7776>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: Motarodrigo04@gmail.com

Francisco Leite do Amaral Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3229-0896>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: Amaralneto2001@outlook.com

Luis Filipe Dias Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8858-9558>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: Filipediasstl@gmail.com

Mônica Andréa Miranda Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7689-9070>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: monica.miranda@ceuma.br

Bethânia Dias de Lucena

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2411-8129>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: bethania.dias@ceuma.br

Janine Silva Ribeiro Godoy

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5587-0896>
Universidade CEUMA, Brasil
E-mail: janinesrg@gmail.com

Resumo

Objetivo: Apresentar a importância da assistência e do incentivo ao aleitamento materno na Atenção Básica de Saúde como uma garantia do estado de saúde adequado, dentro do campo das políticas públicas, e identificar os fatores que desencadeiam o desmame precoce. **Método:** Trata-se de uma Revisão Integrativa que fora utilizada como estratégia de pesquisa e organização de artigos realizada por meio de produções científicas, catalogadas a partir de buscas e de levantamentos de estudos indexados nas seguintes plataformas de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline) e SciELO (Scientific Eletronic Library Online), agregando estudos científicos e selecionando artigos específicos. Neste levantamento bibliográfico realizado pelas bases utilizaram-se os descritores padronizados: Políticas Públicas de Saúde; Aleitamento materno; Atenção Básica de Saúde. **Resultados e Discussão:** Com base nas informações obtidas, certificou-se que a

amamentação é uma fase incipiente no processo reprodutivo da mulher e sua prática propicia benefícios mútuos tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. As Políticas Públicas de Aleitamento Materno relacionadas são uma importante ferramenta no processo de assistencialismo e melhoria da saúde da criança, possibilitando a evasão do desmame precoce que ocorre principalmente devido condições socioculturais. Conclusão: A análise das informações encontradas, permitem compreender que apesar da existência de políticas de aleitamento materno é imprescindível que haja iniciativas, operações e estratégias que visem promover, proteger e apoiar o aleitamento através de ações educativas desde o período pré-natal em atuação conjunta da família e profissionais de apoio.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Aleitamento materno; Atenção Básica de Saúde.

Abstract

Objective: To present the importance of assistance and encouragement of breastfeeding in Primary Health Care as a guarantee of adequate health status, within the field of public policies, and to identify the factors that trigger early weaning. **Method:** This is an Integrative Review that was used as a strategy for research and organization of articles carried out through scientific productions, cataloged from searches and surveys of studies indexed in the following data platforms: Latin American Literature and the Caribbean in Health Sciences (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System online (Medline) and SciELO (Scientific Electronic Library Online), aggregating scientific studies and selecting specific articles. In this bibliographic survey carried out by the bases, the standardized descriptors were used: Public Health Policies; Breastfeeding; Primary Health Care. **Results and Discussion:** Based on the information obtained, it was confirmed that breastfeeding is an incipient phase in a woman's reproductive process and its practice provides mutual benefits for both the mother and the newborn. The related Public Breastfeeding Policies are an important tool in the process of assistance and improvement of the child's health, enabling the avoidance of early weaning that occurs mainly due to sociocultural conditions. **Conclusion:** The analysis of the information found allows us to understand that despite the existence of breastfeeding policies, it is essential that there are initiatives, operations and strategies that aim to promote, protect and support breastfeeding through educational actions from the prenatal period in joint action. family and support professionals.

Keywords: Public Health Policies; Breastfeeding; Primary Health C.

Resumen

Objetivo: Presentar la importancia de la asistencia y fomento de la lactancia materna en la Atención Primaria de Salud como garantía de un adecuado estado de salud, en el ámbito de las políticas públicas, e identificar los factores que desencadenan el destete precoz. **Método:** Se trata de una Revisión Integradora que se utilizó como estrategia de investigación y organización de artículos realizados a través de producciones científicas, catalogados a partir de búsquedas y levantamientos de estudios indexados en las siguientes plataformas de datos: Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System online (Medline) y SciELO (Scientific Electronic Library Online), agregando estudios científicos y seleccionando artículos específicos. En este levantamiento bibliográfico realizado por las bases, se utilizaron los descriptores estandarizados: Políticas Públicas de Salud; Amamantamiento; Primeros auxilios. **Resultados y Discusión:** Con base en la información obtenida se confirmó que la lactancia materna es una fase incipiente en el proceso reproductivo de la mujer y su práctica brinda beneficios mutuos tanto para la madre como para el recién nacido. Las Políticas Públicas de Lactancia Materna relacionadas son una herramienta importante en el proceso de asistencia y mejora de la salud del niño, posibilitando evitar el destete precoz que ocurre principalmente por condiciones socioculturales. **Conclusión:** El análisis de la información encontrada permite comprender que a pesar de la existencia de políticas de lactancia materna, es fundamental que existan iniciativas, operativos y estrategias que apunten a promover, proteger y apoyar la lactancia materna a través de acciones educativas desde el prenatal en acción conjunta familia y profesionales de apoyo.

Palabras clave: Políticas Públicas de Salud; Amamantamiento; Primeros auxilio.

1. Introdução

O aleitamento materno (AM) é uma ação em saúde que se relaciona diretamente com a redução da mortalidade infantil, bem como com benefícios à mãe, entre outros (Santana et al., 2013). Segundo o Ministério da Saúde (2015), o leite materno deve ser o primeiro alimento a ser dado para o recém-nascido, de preferência na primeira hora de vida. Este, é recomendado que se mantenha exclusivo durante os seis primeiros meses de vida e, após isso, seja complementado com alimentos sólidos até os 2 anos de idade, quando deve ocorrer o desmame.

No Brasil há diversas políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno, principalmente para que isto ocorra nos primeiros meses de vida, uma vez que é comum ocorrer um desmame precoce, acarretando problemas imunobiológicos, mecânicos e psicomotores para as crianças (Dias, et al., 2019). Dentre as políticas cita-se a Rede Brasileira de Bancos de Leite

Humano, que consiste em uma iniciativa do Ministério da Saúde em promover o aleitamento materno coletando e distribuindo leite humano de qualidade, contribuindo assim para a redução da mortalidade infantil (Brasil, 2015).

Uma outra política relacionada ao AM é a Lei de Amamentação, de novembro/15, que, de acordo com Neves (2020), limita a comercialização de substitutos de leite materno, promovendo a licença maternidade de 4 a 6 meses com melhora nos processos sistemáticos dos bancos de leite. Essas políticas citadas são algumas dentre aquelas que auxiliaram o Brasil a receber, em março de 2016, o reconhecimento da Organização Pan-Americana de Saúde como país de referência mundial no incentivo e evolução das taxas de amamentação.

Ainda que haja este apoio ao AM, a quantidade de mães que amamentam seus filhos pelo tempo recomendado é baixa. A incidência de aleitamento materno exclusivo foi de 81,4% na alta hospitalar, 66,4% entre 7 e 15 dias após o parto e de 41% no geral dos 6 primeiros meses (Luz, et al., 2018). Essa constatação relaciona-se com a dificuldade de acompanhamento da amamentação pelas Unidades Básicas de Saúde, uma vez que no ambiente hospitalar a incidência se mostra elevada e após a saída do hospital o incentivo e o apoio tende a diminuir, portanto a ocorrência do AM exclusivo também.

De acordo com o exposto, é fato a necessidade de melhorar o alcance das políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno dentro e, principalmente, fora do ambiente hospitalar. Com intuito de identificar a teoria e efetividade das políticas de aleitamento materno, a presente revisão integrativa objetivou identificar produções científicas que discorram sobre a atuação destas políticas nos serviços de saúde reforçando sobre o conhecimento da temática, visto que, até onde se sabe, há poucos trabalhos como esse na literatura.

2. Metodologia

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa produzida em seis etapas, baseado no trabalho de Souza, Silva & Carvalho (2010): primeiro realizou-se a elaboração da pergunta norteadora, em um segundo momento a busca em bases de dados, seguido pela coleta de dados, além de análise crítica dos estudos incluídos. A partir da obtenção dos dados, foram discutidos os resultados e por fim, a apresentação da revisão integrativa. Todos esses passos estiveram de acordo com a sua temática, com vista ao domínio de conteúdo acerca da questão norteadora “As políticas públicas beneficiam o aleitamento materno na atenção básica?”.

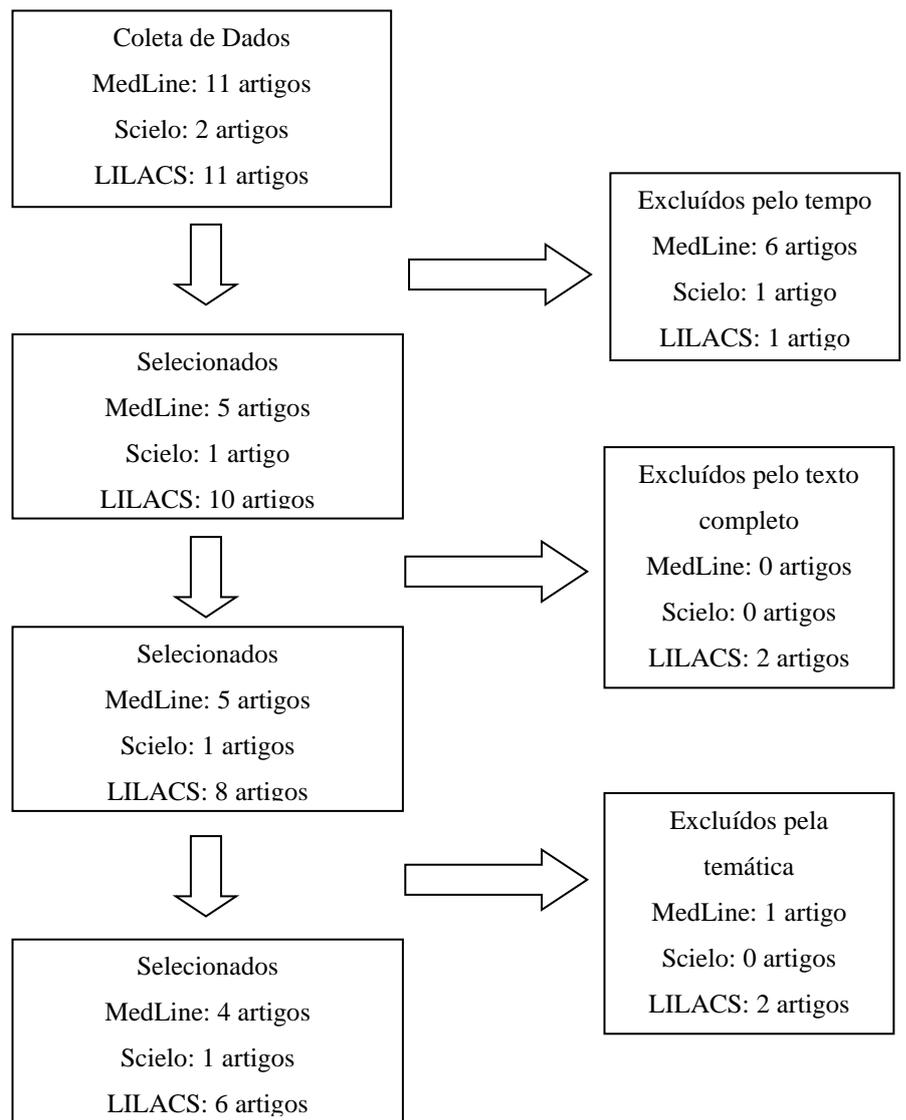
Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados indexados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline) e SciELO (Scientific Eletronic Library Online). Os recursos utilizados na pesquisa, para busca dos artigos, foram os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: Políticas Públicas de Saúde; Aleitamento materno; Atenção básica de saúde.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e/ou inglês; artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos 10 anos, entre o ano de 2012 à 2022. O critério de exclusão dos artigos foi: estudos que não atendessem aos critérios de inclusão pré-estabelecidos.

Na busca por meio dos descritores mencionados, foram encontrados 14 artigos que foram lidos na íntegra. Do total de amostras de artigos, 3 foram excluídos, por não abordarem especificamente a temática proposta pela revisão integrativa, como demonstrado na Figura 1.

Os critérios de seleção foram aplicados na plataforma, após isto foi realizada a busca por títulos nos artigos localizados. Um novo filtro foi feito, mas desta vez os artigos selecionados no filtro por títulos foram lidos na íntegra, e somente aqueles que tinham a temática com a perspectiva que contemplava a abordagem deste trabalho foram escolhidos.

Figura 1 - Fluxograma de escolha dos artigos.



Fonte: Autores.

No que concerne aos artigos selecionados para a Tabela 1 foram realizadas as leituras completas dos mesmos e avaliados os conteúdos quanto a clareza das ideias e da apresentação dos métodos, a evidência dos resultados e a organização da tabela com o periódico, ano, país, tipo de estudo, identificação do autor, objetivo do estudo e conclusão.

Tabela 1 - Distribuição das produções científicas segundo as seguintes variáveis: o ano de publicação, título, autoria, objetivo e conclusão (n= 10).

ANO	TÍTULO	AUTORIA	OBJETIVO	CONCLUSÃO
2019	Influência familiar e a importância das políticas públicas de aleitamento materno	Dias, et al.	Analisar as contribuições das políticas públicas de aleitamento materno na sensibilização da família para a importância da amamentação	O AME nos primeiros seis meses de vida é o melhor alimento, o mais completo e está comprovado cientificamente que é a alimentação mais saudável que se pode oferecer para os filhos. É algo imprescindível nas primeiras etapas da vida.
2015	Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura	Almeida, Luz e Ued	Fazer uma revisão da literatura para avaliar a prática de profissionais de saúde na promoção e no apoio à amamentação	Os profissionais de saúde precisam ser mais bem capacitados para trabalhar com a promoção do aleitamento materno, seja por meio das instituições de ensino e formação, seja por gestores da saúde, a fim de consolidar equipes multiprofissionais comprometidas com a saúde materno-infantil.
2013	Amamentação: conhecimento e prática de gestantes	Santana, Brito e Santos	Identificar os conhecimentos e a prática do aleitamento materno de gestantes atendidas em unidades de saúde em um município do Recôncavo Baiano.	Apesar de a maioria das mães apresentarem conhecimento satisfatório sobre AM, este não é aplicado na prática da amamentação, haja vista que algumas mães tiveram o conhecimento, mas não amamentaram e outras amamentaram, porém não seguiram o preconizado pelo MS.
2020	A paridade pode influenciar na alimentação do lactente nos primeiros seis meses de vida?	Neves, et al.	Avaliar a influência da paridade no aleitamento materno e na introdução da alimentação complementar nos primeiros seis meses de vida.	A paridade pareceu influenciar o momento da primeira oferta do aleitamento materno, mas não a introdução da alimentação complementar, apesar de esta ter ocorrido precocemente. Neste sentido, se faz necessária a maior difusão de informações sobre aleitamento materno e alimentação infantil durante a assistência pré-natal e puericultura, para melhoria da saúde materno-infantil.
2014	Aleitamento materno e práticas alimentares em crianças menores de um ano em Vitória-ES	Bastos, et al.	Analisar e comparar dados de pesquisas sobre AM e práticas alimentares de crianças menores de um ano no município de Vitória, Espírito Santo, nos anos de 2008 e 2012.	Houve mudanças na prevalência de AME e AM com o passar dos anos, demonstrando que ações realizadas para o incentivo da amamentação, principalmente as oficinas da Rede Amamenta Brasil, são de extrema importância.
2016	Aleitamento materno: contribuições da enfermagem	Cunha e Siqueira	Conhecer a produção científica sobre o aleitamento materno e as contribuições de enfermagem ao desempenhar suas competências na atuação do cuidado, da informação, da assistência e do aconselhamento na amamentação.	A implantação de intervenções por meio de ações intra-hospitalares e interinstitucionais, proporcionadas por profissionais habilitados e capazes de realizar informações e renovações do conhecimento e inovações para auxiliar na elaboração e desenvolvimento de estratégias, no período de internação, se torna eficaz na medida em que são implementadas e trazem benefícios para a nutriz, recém-nascido e a enfermagem.

2010	Fatores que interferem no aleitamento materno	Frota, et al.	Identificar os fatores relacionados ao desmame precoce entre os menores de seis meses de vida.	Apesar do conhecimento materno acerca dos benefícios do leite materno e da importância de amamentá-los exclusivamente durante os seis meses de vida, elas vivenciam algumas dificuldades, nas quais se percebem contradições entre posicionamentos favoráveis e desfavoráveis, dúvidas e dificuldades à prática do aleitamento materno.
2021	Benefícios do aleitamento materno para a mulher e o recém nascido	Sousa, et al.	Realizar uma revisão bibliográfica acerca dos benefícios do aleitamento materno para a mulher e para o recém-nascido.	O leite materno é o alimento adequado para a criança tanto do ponto de vista nutritivo e imunológico quanto no plano psicológico, pois além de favorecer o vínculo mãe-filho, oferece os nutrientes que a criança necessita para iniciar uma vida saudável.
2017	Promoção do aleitamento materno: políticas públicas e atuação do enfermeiro	Silva et al.	Discutir cuidados de enfermagem, evidenciados na literatura, para promover o aleitamento materno e destacar políticas públicas de incentivo dessa prática.	No decorrer das décadas de 80/90 até os dias atuais, Políticas Públicas foram implementadas no país, visando descender os índices de desmame precoce e mortalidade infantil, proporcionando novos horizontes e metas para auxiliar as instituições e profissionais de saúde a promoverem cuidados padronizados e um melhor atendimento às gestantes/puérperas e recém-nascidos, em relação à prática do aleitamento materno
2022	Aleitamento materno exclusivo: conhecimentos de puérperas na atenção básica	Ribeiro et al.	Investigar o conhecimento de puérperas acerca da prática do aleitamento materno exclusivo.	Notou-se que o conhecimento materno acerca do aleitamento ainda é pequeno. As orientações fornecidas nos serviços de saúde foram insuficientes para a adequada compreensão da relevância do aleitamento materno exclusivo, bem como para a sua adesão.

Fonte: Autores.

3. Resultados e Discussão

A importância do incentivo ao aleitamento materno constituiu o foco principal deste estudo. Para isso delimitamos a estratégia de políticas públicas como essencial para o sucesso desse incentivo. Ao término da busca, foram encontrados trabalhos com os descritores: Políticas Públicas de Saúde; Aleitamento materno; Atenção básica de saúde. Levando em consideração os critérios de seleção desta revisão, foram incluídos 12 artigos que falavam diretamente do aleitamento materno.

Diante do estudo, 4 desses artigos estavam diretamente ligados ao papel do profissional de saúde na orientação das gestantes quanto a importância do aleitamento, orientando na prática da pega e tirando dúvidas sobre o tema, ao mesmo tempo que foi exposto a necessidade de preparo desses profissionais para que haja melhora nos índices de adesão dessas orientações. Também foi abordado em um dos artigos a relação de benefícios do aleitamento materno tanto para o bebê quanto para a mãe; e em outro artigo a influência familiar direta na escolha da mãe em amamentar pelo período de tempo de no mínimo 6 meses preconizados pela OMS.

Dentre os trabalhos utilizados o artigo sobre conhecimento e práticas de gestantes evidenciou a importância do leite materno no desenvolvimento da criança e a considerável redução de mortalidade que isso influi (Sousa, et al., 2021). Por fim, foram utilizados 2 artigos com abordagem ampla sobre políticas públicas de incentivo ao aleitamento em unidades de saúde visando o aumento de gestantes conscientes da importância da amamentação até como meio de fortalecer os laços entre o bebê e a mãe.

Muitas mulheres, embora considerem o leite materno a melhor opção alimentar para a criança, não amamentam. Mesmo

aqueles que se submetem à rotina assistencial, estabelecida pela política estatal como base para o êxito na amamentação, costumam desmamar seus filhos antes do quarto mês de vida. Apesar de as mães valorizarem o leite materno, não se sentem seguras a ponto de adotá-lo como único alimento durante o período em que ele é indicado.

A amamentação se traduz como um ato de amor materno, mas, sobretudo um sentimento de imposição, atributo socialmente determinado às mães. Pode-se perceber que os mitos e as crenças sobre o valor nutricional do leite materno se encontram enraizados na prática e discursos dessas mães (Sousa, et al, 2021).

De acordo com Frota, et al. (2010), há diversos obstáculos relacionados com ao aleitamento materno, como produção insuficiente de leite; leite fraco; choro do filho; prejudica a estética corporal; dor nos mamilos; há ingurgitamento mamário, e assim por diante.

A decisão da mãe de amamentar possui uma certa relação com o olhar da sociedade para este ato. Além disso, há influência dos aspectos psicológico, social, econômico e cultural. Apreende-se que o ato de amamentar é mais relacionado ao cumprimento de uma obrigação social do que resultado de uma escolha racional, motivada por convencimento pessoal das vantagens e benefícios do aleitamento para a mãe, criança, família e Estado (Frota, et al., 2010).

Mesmo estando comprovada a relação do ato de amamentar com a diminuição da incidência de doenças infecciosas e a redução da mortalidade infantil, observa-se a dificuldade na manutenção dessa prática. Segundo Frota, et al. (2010), as pesquisas mostram o conhecimento de que a amamentação beneficia apenas a criança, associando-o, na maior parte, apenas as propriedades do leite materno na prevenção de doenças. Contudo, não foram apontadas as vantagens dessa prática para a construção e fortalecimento de vínculos entre mãe-filho.

O profissional da saúde tem a missão de disseminar conhecimentos com uma visão não somente biológica e sim envolvendo a nutriz em todas as dimensões do ser mulher. Cuidados de profissionais da saúde mais citados são: trabalhar mitos, crenças e tabus a respeito da amamentação; estimular a participação da família nas ações de promoção, apoio e incentivo ao aleitamento materno e dialogar a respeito das vantagens do aleitamento. Práticas educativas; orientação sobre o manejo do aleitamento materno; respeito à ótica materna, bem como suas decisões; orientação sobre a pega do recém-nascido e os riscos do uso de bicos e mamadeiras e também os cuidados pós-natal; importância do profissional da saúde para a promoção do aleitamento materno em transmitir, junto à mãe, segurança em sua capacidade de amamentar, respondendo às dúvidas vivenciadas por ela.

As medidas de promoção do aleitamento materno, como a realização de grupos no pré-natal e as visitas domiciliares nas semanas que sucedem ao parto são estratégias praticadas pelos enfermeiros e agentes de saúde para estimular a participação familiar junto à gestante, nas ações realizadas para promoção do aleitamento (Cunha & Siqueira, 2016).

Meios de incentivo, divulgação e instrumentos para aproximar as gestantes e esclarecer dúvidas mais mencionadas são: os grupos de apoio/mães; a importância do vínculo entre o profissional e a gestante/puérpera para estabelecer um bom aconselhamento; palestras; uso de jogos educativos, material visual e de leitura, programas de educação e sessões individuais.

De acordo com Silva & Goetz, 2017, o período de lactação, a mulher não consome a necessária quantidade de calorias para produzir o leite que o bebê ingere, sendo necessário amamentar, assim o organismo retirara a quantidade necessária de calorias acumuladas na reserva para produção do leite. Quando a amamentação é exclusiva todas as calorias consumidas pelo bebê ao amamentar são de origem materna, assim a quantidade retirada da mãe será maior. Ao interromper o ato de amamentar precocemente as calorias que seriam gastas ficam armazenadas, conservando o peso ganho na gestação por mais tempo. Consequentemente demorando se mais para voltar ao peso pré-gestacional (Silva & Goetz, 2017).

No Brasil pesquisas mostram que a média de permanência da amamentação aumentou de 296 para 342 dias, sendo que o leite materno exclusivo de 23,4 para 54,1 dias entre os anos de 1999 a 2008, no entanto apesar desse aumento significativo o tempo em que ocorre o aleitamento ainda está abaixo do que é recomendado pela OMS.

A abordagem sobre a alimentação da criança, aleitamento exclusivo e introdução alimentar torna-se fundamental, pois visa informar acerca dos benefícios para saúde da criança, colaborando com a capacitação de profissionais para o incentivo ao leite materno e o direcionamento a promoção e proteção da saúde.

Segundo Ribeiro (2022), a UNICEF relata que, aproximadamente, metade das mortes infantis com menos de um ano de idade acontece na primeira semana de vida (49,4%). Com a introdução do AM logo após o nascimento, consegue-se reduzir o índice de mortalidade neonatal, que acontece até o 28º dia de vida da criança (65,6%). Havendo a oferta contínua da amamentação até o sexto mês de vida, estima-se que esse valor pode chegar até 1,3 milhões de mortes na faixa etária até 05 anos (Oliveira, et al., 2016).

O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) foi determinado como a geração de uma nova mentalidade no aspecto do AM, estimulando as Políticas Públicas Brasileiras para um processo de aperfeiçoamento e modificação, buscando um novo olhar para impulsionar a promoção, o apoio e o incentivo à amamentação (Silva, et al., 2017).

Vale destacar que a Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno visam seis estratégias centrais. Entre elas encontram-se a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), a Rede Amamenta Brasil, o Monitoramento dos Indicadores de Aleitamento Materno, a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (RBBLH) e a Mobilização Social e a Proteção Legal ao Aleitamento Materno.

Com o objetivo de reduzir os índices de mortalidade infantil no Brasil, uma das recomendações do Ministério da Saúde preconiza que toda criança necessita deixar a maternidade com a primeira consulta agendada, de preferência na primeira semana de vida, em um dos pontos de serviço de saúde ou consultório. As iniciativas dessa natureza, quando colocadas em prática, resultam para a melhoria dos indicadores de saúde dos seus usuários.

O Ministério da Saúde preconiza o AME desde a primeira hora pós-parto como uma das atitudes a ser adotada no reconhecimento da IHAC. Pesquisas comprovam que os princípios do AM na primeira hora de vida reduzem as taxas de mortalidade infantil e ratificam para o cumprimento das metas ajustadas à OMS na redução da mortalidade materno-infantil, sendo um dos objetivos do milênio daquela instituição firmados pelo Governo Brasileiro. Um bom exemplo de programa que, se fosse bem utilizado, faria bastante diferença para com essa questão é o SISVAN.

O SISVAN, se bem utilizado, é muito importante no conhecimento e na avaliação dos problemas de nutrição, incluindo o desmame precoce. Além disso, dados cadastrados fornecem informações para criação de políticas e programas de intervenções. Este programa já está disponível e seria de importante contribuição para traçar o perfil de alimentação das crianças menores de dois anos, mas ele não é utilizado de forma adequada. Uma justificativa dada pelo representante de um município para o não preenchimento das fichas foi o número reduzido de pessoal para atender a demanda.

O avanço nos indicadores de aleitamento tem sido relacionado à implantação e prática de políticas públicas direcionadas para o estímulo ao AM. As avaliações periódicas em cada local são indispensáveis para que essas ações se tornem possíveis. Os serviços e profissionais de saúde têm sido alvo de discussões sobre atitudes e práticas diante da ascensão da amamentação. Portanto, ambos são responsabilizados pelo sucesso dessa prática (Bastos et al., 2014).

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil foi criada em 2012 e tem o intuito de classificar o trabalho dos profissionais da atenção primária com finalidade de promover e incentivar o AM e a alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos no campo do SUS. Com essa tática, pretende-se restringir o desmame precoce e estimular a alimentação complementar saudável para a formação de hábitos saudáveis desde a infância.

Em síntese, nota-se que a nutrição é primordial para a saúde do indivíduo em qualquer faixa etária. O profissional de saúde tem como função incentivar as mães a amamentarem, mostrando as práticas e manejos da amamentação correta, incitar sobre o AME até o sexto mês de vida, assim como a importância da introdução de alimentos complementares, sendo que o alimento deve ser acompanhado do leite materno até os dois anos de idade (Dias, et al., 2019).

4. Conclusão

Conforme demonstrado as políticas públicas que visam estimular o aleitamento materno exclusivo contribuem de forma positiva para promoção a saúde e redução da mortalidade infantil. Ademais, o presente estudo identificou que para manter o aleitamento materno, a mulher necessita não só de suporte/apoio familiar e social, mas também governamental, pois muitas delas não apresentam conhecimento sobre o tema e quanto as consequências adversas que o desmame precoce pode trazer.

A atenção primária tem se mostrado uma ferramenta primordial visando o acompanhamento das gestantes/ puérperas e recém-nascidos fora do ambiente hospitalar garantindo a pratica do AME e proporcionando metas que auxiliam as instituições e profissionais de saúde a promoverem cuidados padronizados e um melhor atendimento ao sanar as dúvidas quanto ao assunto. Além disso, por meio das visitas domiciliares e palestras o profissional pode garantir uma maior assistência tendo em vista que a alimentação infantil é fortemente influenciada pelo contexto familiar e ambiental, sendo relevante considerar esses fatores na abordagem nutricional de mães de lactentes.

Contudo, é possível perceber durante o estudo as necessidades de intensificar as políticas públicas direcionadas aos principais fatores inerentes ao desmame precoce como: idade; condições socioeconômicas; ausência do apoio familiar; baixa escolaridade da mãe; estado civil; patologias relacionadas a mama que dificultam o aleitamento e retorno precoce ao trabalho. Assim com,a implantação de intervenções por meio de ações intra-hospitalares e interinstitucionais, proporcionadas por profissionais habilitados que possibilitem a renovação do conhecimento auxiliando no desenvolvimento de estratégias que trazem benefícios quanta a nutrição do recém- nascido e cuidados com a mulher.

Este estudo não contribui somente para a formação acadêmica, mas sugere e estimula a produção de novas pesquisas de temática similar que abordem a necessidade de políticas que estejam voltadas ao aleitamento materno para que se possa contribuir futuramente na melhor qualidade de vida das pessoas.

Referências

- Almeida, J. M., Luz, S. A. B. & Ued, F. De V. (2015). Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Paulista de Pediatria*, 33, 355-362.
- Bastos, E. F. P. Et Al. (2014). Aleitamento materno e práticas alimentares em crianças menores de um ano em Vitória-ES. *Rev. Bras. Pesq. Saúde*, Vitória, 16(2), 101-108.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2015). *Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde.
- Cunha, E.C. & Siqueira, H.C.H. (2016). Aleitamento Materno: Contribuições da Enfermagem. *Ensaios Cienc., Cienc. Biol. Agrar. Saúde*, 20(2), 86-92.
- Dias, L.M.O., Batista, A.S., Brandão, I.M., Carvalho F.L.O., Martins, F.L., Costa, D.M., Barassa, C.A.R. & Guidi, L.R. (2019). Influência familiar e a importância das políticas públicas de aleitamento materno. *Revista Saúde em Foco*, Teresina-PI, Edição nº 11.
- Souza, M. T., Silva, M. D. & Carvalho, R. (2010). Revisão Integrativa: o que é e como fazer? *Einstein*, 8 (1), 102-106.
- Frota, M. A. et al. (2010). Reflexão sobre políticas públicas e estratégias na saúde integral da criança. *Enfermagem em Foco*, 1(3), 129-132.
- Luz L.S., Minamisava R., Scochi C.G.S., Salge A.K.M., Ribeiro L.M. & Castral T.C. (2018) Predictive factors of the interruption of exclusive breastfeeding in premature infants: a prospective cohort. *Rev Bras Enferm*;71(6):2876-82.
- Martins, M. Z. (2013). Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde E Ambiente*, 1(3), 87–97.
- Neves, R. O. (2020) A paridade pode influenciar na alimentação do lactente nos primeiros seis meses de vida? *Ciência & Saúde coletiva*, 25(11). <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.01432019>
- Santana, J. Da M., Brito, S. M. & Santos, D. B. Dos. (2013). Amamentação: conhecimento e prática de gestantes. *O Mundo da Saúde*, 37(3), 259- 267.
- Silva, K. M. Dos S., Goetz, E. R. & Santos, M. V. J. Dos. (2017). Aleitamento materno: conhecimento das gestantes sobre a importância da amamentação na estratégia de saúde da família. *Revista Brasileira De Ciências Da Saúde*, 21(2), 111–118.
- Sousa, F. L. L. et al. (2021). Benefícios do aleitamento materno para a mulher e o recém-nascido. *Research, Society and Development*, 10(2). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.11208>
- Ribeiro, A. K. F.R. (2022). Aleitamento materno exclusivo: conhecimentos de puérperas na atenção básica. *Revista Enfermagem Atual in Derm*, 96(38).